



A apropriação da Internet como espaço de visibilidade social¹

Ana Tázia Patricio de Melo CARDOSO²
Universidade Potiguar - UnP, Natal, RN

RESUMO

Este texto aborda as mudanças na relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação de massa a partir da apropriação da Internet, no sentido de promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas) conteúdos e modos de interpretação dos discursos existentes. Para tratar da temática da invisibilidade social e a perspectiva de visibilidade dessa sociedade em rede, buscamos o aporte teórico nos autores das áreas das ciências sociais e comunicação. Recorremos a Castells (2012) que acredita que o ciberespaço oferece uma segurança que instiga as pessoas de todas as gerações e condições sociais a sair da inércia. Como resultado, percebemos um novo modelo de participação cidadã, com troca de informações e partilha de sentimentos coletivos de indignação e esperança.

PALAVRAS-CHAVE: Internet; Sociedade em rede; Visibilidade social.

1. Introdução

A ocupação do espaço público, aliada à comunicação compartilhada das redes, numa nova forma de exercício de democracia, tem conseguido boa aceitação e legitimação pública. Este trabalho tem como foco essa busca por visibilidade de diversos grupos sociais que saem pelas ruas, às vezes com líderes, às vezes, sem liderança, e assim articulam mobilizações virtuais, produzindo visualidade e conquistando audiência e reconhecimento da sociedade. Constata-se que a ideia de representatividade ganha outra dimensão na rede, pois o internauta encontra na internet um espaço alternativo à diplomacia oficial, na maioria dos casos, multiplicando o número de vozes na mesa de negociação. No entanto, sua eficácia se dá mais no campo do imaginário político do que nas esferas do poder.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 2 a 4 de junho de 2015.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela UFRN. Professora da Universidade Potiguar, e-mail: anatazia@unp.br



Como fenômeno social complexo, a ampliação das formas e o grau de participação cidadã da população nas redes interativas de comunicação social, tem transformado, radicalmente, as formas de sociabilidade e gradualmente tem rompido as bases institucionais do modelo centralizador e hierárquico de mediação das representações sociais.

É preciso antes de tudo, articular a história de vida desses sujeitos invisíveis com teorias sólidas, e buscar explicações macrosociológicas para compreender a constituição social dos brasileiros, conforme destaca Jessé Souza (2006) ao tratar da desigualdade social e da invisibilidade social brasileira.

2. Processos de visibilidade

Na segunda metade do século XX, as novas tecnologias de comunicação ampliaram os espaços de circulação da palavra pública, de engendramento da opinião através da constituição de um lugar de produção posterior de simulacro e de espetacularização da sociedade, criando assim, novas ferramentas de conversação e de disseminação da opinião pública, ampliando assim, a própria ideia de esfera pública.

Foram muitas as mudanças que se configuraram no início do século XXI, principalmente no aumento dos aparatos tecnológicos, as distâncias, as obrigações cotidianas que trazem uma modificação nos sentidos de pertencimento dos indivíduos, principalmente no que se refere aos grupos sociais e os processos de visibilidade.

Portanto, encontramos na obra de Manuel Castells o aporte teórico essencial para compreender os fenômenos sociais típicos da atualidade. Ele descreve como o avanço das redes de computadores vem transformando nosso modo de pensar e nos organizar naquilo que ele denominou “sociedade em rede”.

Uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS, 2005, p. 20).

Na verdade, ele apresenta uma forma de existência e organização humana que surge com base nas conexões proporcionadas pelas novas tecnologias de informação, como a internet. Para Castells (2012) o ciberespaço oferece uma segurança que instiga as pessoas de todas as gerações e condições sociais a sair da inércia.



Estas se atreveram a ocupar o espaço urbano num encontro às cegas com o destino que queriam forjar, reclamando seu direito a fazer história – sua história – em uma demonstração de consciência de si mesmos que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais (CASTELLS, 2012, P. 130).

Importante compreender o impacto dessa mediação na experiência vivida no ambiente virtual e nas ruas. Não podemos esquecer que os movimentos sociais da atualidade trazem características compartilhadas (ou modos de associativismo) em redes, a convergência de mídias digitais, a conectividade e a formação de comunidades na internet se integraram, definitivamente, ao desenho de estratégias e aos modos de articulação e desenvolvimento de ações cidadãs, mediando essas diversas experiências públicas.

Neste sentido, a emergência dos acontecimentos, tendo lugar no contexto global da sociedade em rede, foi fartamente favorecida pelos usos sociais das redes sociais. A constituição de uma nova cultura tecnológica e suas formas correlatas de relações sociais em rede teve papel decisivo no desenho, curso e desdobramentos dos ocorridos. Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na Internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões (CASTELLS, 2013).

Assim, os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. Não foram apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que causaram essa rebelião multifacetada. Essas dolorosas manifestações de uma sociedade injusta e de uma comunidade política não democrática estavam presentes nos protestos.

Nesse sentido, Souza (2012) destaca o quanto estamos vulneráveis a fragmentação de todo discurso de forma que se compre informação deslocada e fora de contexto como se fosse reflexão. Para ele esse mecanismo de tornar as pessoas tolas é realizado pela imprensa dominante, quando fragmenta todas as discussões a partir de seus interesses, na reprodução dos privilégios e seleciona o que deve ser conhecido ou não.

Percebe-se que através da Internet se tem uma estrutura mais aberta, livre e colaborativa e talvez por isso, as mobilizações através das redes sociais parece encantar cada vez mais os jovens manifestantes, talvez pela possibilidade de falar sem os intermediários, ou seja, falar diretamente e na maioria das vezes, sobre as mesmas pautas. Como destaca Messeder (2013, p. 18) a respeito das manifestações, que ganhava espaço de



visibilidade e de legitimidade o relato feito por iguais que, munidos de pequenos e democráticos recursos mediáticos, colocavam em circulação seus relatos certamente muito menos objetivos e aprofundados que aqueles do jornalista profissional, mas que retiravam sua força e legitimidade exatamente da falta de mediação materializada por suas assinaturas pessoais e menos institucionais que aquelas dos jornalistas tradicionais. Conforme Marcondes Filho afirma

Ninguém – pessoas, sistema em geral, processos psíquicos, efetivamente se comunica, mas os sistemas fazem uso de mecanismos ‘lubrificantes’ que tornam a comunicação possível, exatamente lá onde ela encontra barreiras; são os meios de comunicação simbolicamente generalizados como o dinheiro, a fé, o conhecimento, os media que atuam nos sistemas econômico, religioso, científico, e da comunicação de massa (2004, p. 15).

Para Castells (2006) apud Lemos; Lévy (2010, p.71) “esses novos formatos midiáticos criam práticas políticas reais agindo sobre a grande mídia, no sentido de controlar as informações, ou até mesmo, desmenti-las, e porque não, produzi-las”. Cabe salientar que para não constituir mais uma forma de dominação, deve-se ter a preocupação em como tal estrutura de interação pode ser bem aproveitada. Intrigante ainda, refletir sobre as perspectivas abertas pela dinâmica dos movimentos neste tempo de redes sociais ativas. Ao comentar as consequências da posição em que as manifestações tomam atualmente, Lévy (2013) acredita que não é fácil construir éticas coletivas, nem majoritárias, pois o seu dinamismo é emergente e sua forma temporária. Para ele a participação em rede não irá produzir novas ideologias unitárias, menos ainda revoluções, pois a sua razão não é abstrata e universal, mas particular e conectiva, mutante e incoerente. Na verdade, não mudará o mundo, mas pode dar visibilidade, ajudar a resolver através da conectividade problemas concretos e específicos, que tem a ver com a qualidade do ar, o direito à informação, o preço do transporte público, a qualidade do atendimento nos hospitais, a qualidade da educação, isto é: tudo aquilo que partido nenhum jamais conseguiu fazer.

Sabemos que esta sociedade em rede é um sistema social que possui atores, instituições que comunicam entre si disseminando funções, desejos, esperanças e objetivos exclusivamente humanos. Latour (2012, p. 43) inspirado na microssociologia de Gabriel Tarde, propõe em seus estudos das redes, não buscar ordenar as ações e os atores a partir de conceitos consolidados, mas procurar reconstruir *a posteriori* os laços, as relações e suas qualidades.



Vale destacar que Tarde fazia parte de um grupo de teóricos da sociopsicologia que foram precursores nas primeiras tentativas de configurar um tratamento científico sobre a questão do público, sobre a conduta das multidões e das massas. Como também problematizaram e tipificaram os comportamentos coletivos que significativamente mais afetavam a vida social naquele momento, como as multidões espontâneas, greves, atitudes de massa e distúrbios. Estes fenômenos foram particularmente debatidos pela imprensa que pretendia, de certo modo, regular e orientar o comportamento do público, das multidões e das massas (Price, 1994, apud Antunes, 2008, p. 39-40).

A internet cada vez mais se destaca como espaço de desinibição, conforme destaca Galeno (2014), onde as manifestações de jovens no mundo afora inauguram uma ciberdemocracia na qual espaços íntimos, privados e públicos configuram uma nova espacialidade política.

Nesse sentido, os meios de convergência são proporcionados por esta rede para que possamos trabalhar e viver em comum. Também mostra-se múltipla, pois é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única, com diferenças singulares (culturas, raças, etnias, gêneros, etc). O desafio é fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente.

Para Hardt e Negri (2005) há a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que se propagam pelo mundo, facultando uma quantidade infinita de encontros, com o objetivo de que os pontos em comum sejam descobertos, para que haja comunicação e para que todos possam agir conjuntamente.

Em sua extensa obra dividida em três volumes, Castells, adotando o ponto de vista sociotecnológico na sua investigação, distingue cinco principais características da *sociedade em rede*: a informação, a flexibilização da produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação. Na sua concepção no interior desta nova arquitetura social, a informação assume o papel central e as redes digitais constituem a base material de transformação social e de reestruturação dos modos de produção capitalista/estadista e de desenvolvimento industrial em direção ao “informacionalismo” – neste “(...) a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas (...)”(CASTELLS, 2002, p. 65).

Ao pensar na emergência do ciberespaço Lemos; Lévy (2010) destaca que se as mídias, ou seja, os dispositivos concretos de comunicação, dão forma à opinião pública, a



emergência do ciberespaço implica uma mutação radical dessa mesma opinião pública, ou, melhor dizendo, da conversação coletiva pela qual se criam e distribuem-se as opiniões.

Com a descentralização pela inteligência coletiva engendram-se diferentes técnicas colaborativas que renovam as formas de participação política abrindo novas possibilidades de intervenções dos cidadãos na esfera pública. Essas técnicas vão desde a aplicação da ética hacker como solução de problemas públicos; formas de recorrência ao trabalho da inteligência coletiva das redes; financiamento colaborativo de projetos artísticos, culturais e ativistas; até as mobilizações sociais articuladas com uso intensivo de tecnologias de comunicação digitais (CASTELLS, 2013).

Castells sugere uma questão fundamental: Como compreender essas novas formas de ação e participação política a partir da Internet? Para ele, a resposta é simples: os movimentos começaram na internet e se disseminaram por contágio, via comunicação sem fio, mídias móveis e troca viral de imagens e conteúdos. Desta forma, criou-se um "espaço de autonomia" para a troca de informações e para a partilha de sentimentos coletivos de indignação e esperança, na verdade, um novo modelo de participação cidadã, conforme propõe Castells (2013).

Já Galeno (2014) afirma que estamos diante de massas desinibidas e de mídias desinibidoras, pois o que se gera de imagens das manifestações e que são reproduzidas pelos meios de comunicação de massa tem nos transformado em espectadores cada vez mais ansiosos por esse tipo de conteúdo.

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que Castells chamou de autocomunicação, ou seja, o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. Além da comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infundável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas.

Refletir sobre o pensamento de Castells (2012) ao falar das sociedades conectadas em rede é oferecer uma análise sobre as características sociais inovadoras: conexão e comunicação horizontais; ocupação do espaço público urbano; criação de tempo e de espaço próprios; ausência de lideranças e de programas; aspectos ao mesmo tempo local e global, tão pertinentes a essa nossa discussão.



Já Jenkins (2010) propõe uma ecologia comunicativa que reflete o modo como nos comunicamos e nos relacionamos na cultura contemporânea: em coletividade, em conexão, em colaboração e em participação, abrindo assim, espaço para um olhar mais acurado sobre a cena midiática digital. Ao usar o termo *Spreadable media*, no sentido de mídia pervasiva, Jenkins.

Pervasividade refere-se àqueles recursos técnicos que facilitam a circulação de determinados conteúdos em detrimento de outros, às estruturas econômicas que sustentam ou restringem tal circulação, àqueles atributos de um conteúdo midiático que incitam a motivação da comunidade ao compartilhamento, e às redes sociais que conectam as pessoas por meio do intercâmbio de bytes repletos de significado (2013, p. 4).

Na verdade, Jenkins (2013) aponta que a cultura da participação deve ser reconsiderada e reposicionada, integrando o conceito de reelaboração de mensagens e conteúdos. Esse tipo de participação pode gerar novos formatos midiáticos no contexto de uma cultura conectada.

Cabe destacar o papel da Transmídia, ou seja, o movimento do conteúdo ou da mensagem nas variadas plataformas de mídias (JENKINS et al., 2013). Ela tem sua atuação e aplicação por categorias, definidas conforme os objetivos que se pretende alcançar, conforme a área de atuação. No entanto, todas as categorias trazem como princípio a participação da audiência em um universo a ser explorado através das mídias. Vale destacar as categorias reconhecidas pela literatura científica internacional são: *Transmedia Storytelling* (narrativa transmídia), *Transmedia Branding*, *Transmedia Play*, *Transmedia Learning* e *Transmedia Activism*.

Vale ressaltar o que afirma Santaella (2010) no que se refere ao acelerado crescimento das tecnologias comunicacionais, quando vimos a possibilidade de converter toda informação, como textos, som, imagem, vídeo – em uma mesma linguagem universal. Essa revolução digital permite que através da digitalização e da compreensão de dados que todas as mídias possam ser traduzidas, manipuladas, armazenadas, reproduzidas e distribuídas digitalmente produzindo o fenômeno chamado de convergência das mídias. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder, que Castells (2006) considera a capacidade dos atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses.



Segundo Castells (2006) a teoria do poder fornece substrato para a compreensão dos movimentos. Ele parte da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque os que detém o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses.

A internet se tornou uma plataforma plural e conflitiva, com mobilidade e agilidade, permitindo hoje dialogar, trocar conteúdos, criar redes temáticas e ir em busca de soluções de forma colaborativa em tempo real. Nesse contexto e diante a transformação da capacidade interativa da rede nos últimos tempos

houve uma reconfiguração do significado do ciberativismo que, nos últimos anos, delinea-se como uma forma intensiva de interação em rede entre indivíduos, território e tecnologias digitais, designativa da conectividade característica da ação social em e nas redes (DI FELICE, 2013, p.54).

Certamente, a *Mass Self Communication* constitui uma nova forma de comunicação em massa – porém, produzida, recebida e experienciada individualmente. Segundo Castells (2006), foi recuperada pelos movimentos sociais de todo o mundo, mas eles não são os únicos a utilizar essa nova ferramenta de mobilização e organização. Ao tentar acompanhar esse movimento, a mídia tradicional faz uso de seu poder comercial e midiático.

Lemos; Lévy (2010) reinteram essa ideia quando afirmam que as novas mídias interativas são, mais do que informativas, verdadeiras ferramentas de conversação. Nesse sentido, as redes digitais permitem que as populações experimentem as relações socioglobais e locais de modo lúdico e assim, proponham novas formas de trabalho, projetos autônomos e novos modos de coletividade e governança. A massa estúpida, com o ciberativismo, se fez uma multidão inteligente, fazendo o pensamento guiar as ações coletivas e submetendo a centralidade da estratégia ao descentramento das táticas (ANTOUN, 2013).

Por sua natureza horizontal e colaborativa, as *social media* facilitam a comunicação e a interatividade, promovem a sociabilidade e a partilha, e possibilitam a divulgação de conteúdos e opiniões para uma audiência cada vez mais alargada.

Ao pensar nas comunidades virtuais, Sierra (2013) destaca

Si observamos las nuevas experiencias de movilización y activismo social de redes como Anonymous, y comparamos las formas tradicionales de gobernanza con las nuevas lógicas de politización de lo social, latentes en los procesos de articulación de las comunidades virtualhes, parece lógico pensar que, en la



sociedade-red, la participación ciudadana es un indicador definitorio que da cuenta del mayor nivel o no de desarrollo (SIERRA, 2013, P.21).

Hoje, quando pensamos no ativismo político, logo pensamos nos meios de comunicação alternativos e independentes. As novas tecnologias da informação e da comunicação tem contribuído no fortalecimento do vínculo entre o Net Ativismo e ação política, tanto do ponto de vista do campo da resistência, como também da troca social nos processos de apropriação dos meios de comunicação por parte da sociedade. Buscamos desta forma, compreender os novos formatos midiáticos que criam práticas políticas reais agindo sobre a grande mídia, no sentido de controlar as informações, ou até mesmo, desmenti-las, e porque não, produzi-las.

Importante destacar o papel dos movimentos sociais no Brasil, na verdade, aos manifestantes que se organizam por grupos de pessoas independentes que tem destaque por divulgar imagens das ruas, sem filtros e sem edição.

Conforme aponta Souza (2012) a fragmentação da percepção da realidade social é a forma por excelência de cegar as pessoas e torná-las tolas. Por conta disso todos os grandes jornais e todas as grandes cadeias de TV fragmentam – como veículo da reprodução de todos os privilégios injustos – seu conteúdo de modo a amesquinhar reflexão à informação descontextualizada.

Nessa perspectiva, destacamos um desses grupos que tem despertado interesse de pesquisadores no contexto de mudanças trazidas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, caracterizado por ser uma “mídia sem filtro”, o Mídia Ninja – denominação para *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*. Na realidade são jornalistas, estudantes e outros profissionais que produzem documentários, reportagens e coberturas diretas de eventos que não estão obrigatoriamente na pauta da imprensa tradicional.

Assim como também há diferentes formas de comunicação mediadas por computador e baseadas em colaboração, que utilizam redes móveis e Internet, de software colaborativo ou software social, de procedimentos sociais baseados em dinâmicas de participação (CONTRERAS, 2013). O autor destaca cinco destas formas de comunicação mediada por computador que são utilizadas na organização institucional e política: *Social Network Sites (SNS)*, *Communities of Practice (CoPs)*, *Blogs*, *Wikis*, *Indymedias*.

Vale salientar a denominação que ele aplica para *Indymedias*, como a proliferação de meios independentes surgidos na rede. Na verdade, trata-se de uma reação ao poder



centralizado dos meios massivos de comunicação e considerado um novo gênero jornalístico, portanto, uma plataforma para a produção e difusão de informação e notícias. Essa tecnologia está na base teórica da noção de cidadania digital e sua utilização busca fortalecer as noções políticas de democracia, de sua governança e organização. Importante salientar que tudo isso abre possibilidades para publicar conteúdos gerados por usuários sem o filtro das editorias (*Open Publishing*) e assim as novas formas políticas encontram na criatividade digital uma fonte de inspiração.

Podemos vislumbrar aquilo que Castells apud Lemos; Lévy (2010) se propôs, que é observar as novas formas de mobilização com as tecnologias móveis tornando ainda mais complexo os processos de inteligência coletiva. Vivemos um momento de muitas manifestações públicas que utilizam telefones celulares para criar capilarizações cada vez maiores nas redes. Nesse cenário, percebe-se que por meio de dispositivos móveis, podemos observar a expansão de territórios comunicacionais e informacionais de ação política e de movimentação social no espaço urbano.

3. Conclusão

Buscamos até aqui compreender essa dinâmica da *apropriação da Internet como espaço de visibilidade social* dentro e fora das redes. Nos últimos anos, percebemos que a partir da ocupação do espaço público, aliada à comunicação compartilhada das redes, uma nova forma de exercício de democracia, tem conseguido boa aceitação e legitimação pública. A hashtag #vemprarua foi das mais utilizadas durante as manifestações nas ruas do Brasil. Os acampamentos e as passeatas nas avenidas têm atraído milhões. O alvo é sempre o mesmo: o Poder. Diferente dos zapatistas, não se precisa de armas, as manifestações apelam ao pacifismo.

Percebemos que o mero acesso aos meios digitais não traz garantia de que as pessoas sejam incluídas socialmente e que compartilhem a riqueza potencial de saberes, impulsionando inovações criativas sustentáveis em favor qualidade de suas vidas. Por sua vez, o conceito de democracia cognitiva proposta por Morin se mostra, a princípio, propício para pensar os pressupostos e características da democracia digital. Para Morin (1995) o sistema de comunicação de massas permite uma rápida informação-propagação-contaminação o que contribui para a divulgação das revoltas.



A ideia de representatividade ganha outra dimensão na rede, pois representante de si mesmo, o internauta encontra na internet um espaço de visibilidade, multiplicando o número de vozes. Porém, percebe-se que sua eficácia se dá mais no campo do imaginário político do que nas esferas do poder.

4. Referências

- ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- ANTUNES, Marco Antônio. **Comunicação, Público e Multidão em Gabriel Tarde**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=585> Acesso em: 20.04.2015.
- CABALLERO, Francisco Sierra. **Ciudadanía, Tecnología y Cultura: nodos conceptuales para pensar la nueva mediación digital**. Barcelona: Gedisa, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. **A era da intercomunicação**. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/2006/08/18/a-era-da-intercomunicacao-por-manuel-castells/> Acesso em: 05.08.2013
- _____. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. São Paulo: Editora Zahar, 2013.
- _____. **Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2012.
- CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Gisela. **Comunicação, consumo e capital humano: cultura digital e a mercantilização das subjetividades**, in Freire Filho, João; Coelho, Maria das Graças Pinto, A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo, Porto Alegre: Sulina, 2011.
- DI FELICE, M. **Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas**. Revista Matrizes, v. 7, n. 2, p. 49-71- USP, 2013.
- GALENO, Alex. **“Eu quero minha flash mob”** in Said, Gustavo; Dourado, Jacqueline Lima. O delírio é um desejo: ensaios e fragmentos sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil, Teresina: Edufpi, 2014.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru-SP: Edusc, 2012.
- LEMONS André; LÉVY, Pierre. **“O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária”**. São Paulo: Editora Paulus, 2010.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.
- Libro de Actas. XIII Congreso Internacional Ibercom. Santiago de Compostela: IBERCOM, AssIBERCOM, AGACOM, 2013.
- JENKINS, Henry. **“Cultura da Convergência”**, Rio de Janeiro: Aleph, 2009.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O Escavador de Silêncios**. São Paulo, Ed. Paulus, 2004.



- MESSEDER, Carlos Alberto. “**Abaixo a mediação**” in Said, Gustavo; Dourado, Jacqueline Lima. O delírio é um desejo: ensaios e fragmentos sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil, Teresina: Edufpi, 2014.
- MORIN, Edgar. *Lá Méthode*. T. 4, *Les idées. Leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organization* [O método, t.4, As ideias. Seu habitat, sua vida, seus costumes, sua organização]. Paris: Seuil, 1991.
- PALACIOS, Marcos. **Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo**. Filomena Matos Portugal, Covilhã, UBI, LabCom Books, 2011.
- SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2010.
- SOUZA, Jessé (Org). **A invisibilidade da desigualdade brasileira** . Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- _____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica** . Belo horizonte: UFMG, 2012.
- _____. **A modernização seletiva : uma reinterpretação do dilema brasileiro** . Brasília: UNB, 2000.
- TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.